

Infância como projeto. Nacionalismo, sensibilidades e etapas da vida em Olavo Bilac.

PATRICIA HANSEN*

É comum a associação entre Olavo Bilac, conhecido poeta da *Belle Époque* que se engajou em campanhas patrióticas pela Educação e pela obrigatoriedade do Serviço Militar, com o otimismo ufanista e ingênuo, uma das atitudes características da época. Os próprios intelectuais da passagem do século, aliás, costumam ser classificados como otimistas ou pessimistas, sendo esta dicotomia exemplificada de um lado por aqueles que acreditavam incondicionalmente no potencial das riquezas naturais, no Brasil como “país do futuro”, e de outro, por aqueles que não viam possibilidade de progresso devido à condenação dos brasileiros pelos diversos determinismos. Além disso, é possível que tal polarização tenha se acentuado em razão das acirradas polêmicas da época, em meio as quais as posições tendiam a se radicalizar. (Hansen, 2007)

Em seu tempo, porém, Bilac foi um crítico do ufanismo contemplativo, que teve expressão maior em Afonso Celso. Cito, por exemplo, um trecho de sua palestra no Ginásio Granbery em 1909, na qual afirma:

[...] Falemos um pouco do patriotismo, e procuremos defini-lo com precisão, porque não há talvez sentimento que, como esse, possa ser deturpado por uma falsa compreensão da idéia ou do vocábulo.

Há um patriotismo mal pensado, que pode ser funesto à pátria e ao patriota [...].

Refiro-me a um falso patriotismo, a que darei o nome preciso de ‘megalomania patriótica’, perigosa exacerbação do orgulho nacional, [...].

Desse falso patriotismo, o mais freqüente sintoma é a vaidade condenável com que alguns dizemos habitualmente: ‘este país é o mais rico do mundo!’; - como se, em primeiro lugar, a riqueza natural bastasse para dar invejável glória a um país, e como se, além disso, a experiência nos não estivesse mostrando claramente a inaniidade absoluta de tal orgulho!

[...] As nossas apregoadas riquezas jazem escondidas quase todas no seio escuro da terra; existem, mas é como se não existissem, porque ninguém as vê, ninguém as aproveita, ninguém as vai arrancar dos veios recônditos em que dormem. [...] Todas estas considerações, meus jovens amigos, são apenas um aviso à vossa inexperiência. Não deveis estrear a vida com a funesta ilusão de ser este o mais forte, o mais rico, o mais próspero país da terra. (Bilac, 1996: 681-693)

* Doutora em história social pela USP. Atualmente desenvolve o projeto de pesquisa “Bilac, ideólogo do nacionalismo brasileiro” no CPDOC da Fundação Getúlio Vargas com bolsa de pós-doutorado da Faperj/CAPES.

No mesmo discurso, contudo, o autor chamava a atenção de seu público sobre atitude ainda mais perigosa do que a “funesta ilusão” do ufanismo: o pessimismo esterilizador.

Não nos deixemos possuir de orgulhos vãos, mas também não nos deixemos invadir dessa desmoralizadora enfermidade do pessimismo, a que Carlyle deu a perfeita classificação nosológica de ‘paralisia moral’. O pessimismo, ‘atrofia crônica da alma’, é um criador de títeres, quando não de escravos. [...]

Na megalomania patriótica, há somente hipertrofia da vaidade; mas, no pessimismo tudo é anulação da consciência e da vontade, tudo é degradação moral. Todo o pessimista é um doente perigoso, porque a sua doença tem uma prodigiosa expansão de contágio. E quando esse pessimista dispõe de um meio ativo de propaganda, uma tribuna no parlamento, uma coluna de jornal, uma cadeira de academia ou de liceu, - a sua existência e a sua permanência no apostolado são calamidades sociais [...]. (Bilac, 1996: 681-693)

Não sendo incondicionalmente otimistas e nem fatalmente pessimistas, como se pode descrever a postura de Bilac e de outros que não alinhando a quaisquer dessas posições insistiam em propor projetos visando o futuro da nação? E em que medida as esperanças destes intelectuais no sucesso do Brasil, ou seja, uma projeção otimista, dependia da realização de seus projetos? Pelo “tom” combativo e até ameaçador de seus escritos arrisco dizer que para eles dependiam completamente, pois suas boas prospecções para o futuro eram invariavelmente condicionadas pelo que se viesse a fazer no presente, e sempre em caráter de urgência.

Uma das expressões dessa postura foi o uso recorrente da noção de “país novo” como um “país onde tudo ainda está por fazer” que encontramos, por exemplo, em Manuel Bomfim, Alberto Torres e também em Bilac, que a utiliza exatamente nesses termos:

o fim da educação não é preparar eruditos frios, nem sábios secos, nem ideólogos impassíveis, indiferentes às lutas sociais: é preparar homens de pensamento e ação, a um tempo compassivos e enérgicos, corajosos e hábeis, capazes de empregar valiosamente em proveito da coletividade todas as forças vivas da sua alma e todo o arsenal de conhecimentos de que os apercebeu o estudo.

Em um país novo como este, onde quase tudo ainda está por fazer, seria absurda e monstruosa a existência de cenobitas do ideal, de anacoretas da ciência, poetas ou filósofos, matemáticos ou artistas, isolados no estudo egoísta, surdos à agitação da existência comum dos homens, insensíveis às sugestões do meio em que vivem. [...] Estudando bem as condições políticas e econômicas da nossa pátria, vereis, meus jovens amigos, que os homens da vossa geração vão receber um honrosíssimo, porém onerosíssimo legado. (Bilac, 1996: 683-684, grifo nosso).

O trecho deixa claro que há uma necessidade da ação humana eficaz, compreendida por homens preparados pela educação, para aproveitar as inegáveis riquezas naturais do país. E não era mais o ideal humanista que devia embasar a educação, e sim uma espécie de pragmatismo nacionalista que, pode-se dizer, estava por trás de todo o projeto bilaqueano. Note-se também a responsabilização direta de sua audiência, constituída por estudantes de uma escola particular, e que seria recorrente em suas conferências e discursos.

Uso aqui a noção de projeto seguindo a definição de Alfred Schutz como uma “conduta organizada para atingir finalidades específicas” (*apud* Velho, 2003: 101) e, pode-se dizer que tendo como finalidade específica construir o futuro grandioso do país, parte significativa dos projetos surgidos na Primeira República, destacadamente aqueles articulados à Educação, tiveram as crianças como objetos e sujeitos privilegiados.

A centralidade conferida à infância nestes projetos foi resultante de dois impulsos principais. O primeiro, uma espécie de eco da notável mudança nas sensibilidades que se operou em alguns países europeus, relacionada aos processos de urbanização e aburguesamento das sociedades, notadamente na França e na Inglaterra, e que permitiu à Philippe Ariès chamar ao século XIX, o século da infância.

O segundo impulso teria sido gerado pelo contexto que se configurou a partir dos eventos da Abolição e da Proclamação da República, os quais associados fortemente às noções de sepultamento de uma ordem ultrapassada e de refundação, tornaram o momento propício a todo tipo de elaborações conceituais, estéticas e simbólicas vinculadas à construção do “novo”. Nesse sentido, a criança passa a ser uma metáfora freqüente do Brasil, tornando-se, de acordo com Sevcenko (2003: 306), um dos emblemas dos “grupos emergentes, empenhados em fazer ruir e enterrar as ‘estruturas fossilizadas’ do Império e, ao mesmo tempo, criar um jogo de imagens que seriam a antítese dos símbolos estéreis do [...] velho Brasil, sugerindo a imagem de um novo início [...]”.

É nesse contexto que se encaixam os diversos projetos e iniciativas que tinham as crianças como objetos de intervenção privilegiados. Trata-se, na verdade, como diz Michelle Perrot, do reconhecimento da criança como “ser social” (Perrot, 1999: 148).

No Brasil, ao fazer uma retrospectiva histórica, em 1926, da proteção à infância no país, o médico Moncorvo Filho chama de “moderno” o período compreendido entre

1889 e 1922, o qual corresponde à “época em que começou a intensa propaganda de higiene infantil e o interesse geral pela criança como fator social” (Morcorvo Filho, 1926: 15-16).

Esse novo valor da criança, que não por acaso Moncorvo Filho percebe como tendo início na República (ecoando a operação simbólica que apontei acima), toma a infância como objeto sobre o qual deve-se agir. As crianças devem ser “salvas”, “cuidadas”, “protegidas”. Nem sempre, porém, se atribui explicitamente às crianças o papel de sujeitos do progresso do país. Tal ocorre nos casos em que a criança ao invés de “fator social”, passa a ser vista como “questão social”, ou “caso de polícia”, caso da infância “perigosa” ou “em risco” para a qual as soluções freqüentemente passaram pela internação ou outras medidas que, sem o investimento necessário em educação, pouco faziam para transforma-las em sujeitos ou futuros cidadãos. Vários desses “projetos”, vistos como ineficazes e por vezes até cruéis, foram denunciados à época. E o próprio Bilac escreveu muitas crônicas para sensibilizar seu público para estas situações.

É interessante contrastar a temática da infância nas crônicas de Bilac, e essa é uma das temáticas mais freqüentes da sua produção jornalística, com a infância representada na sua obra de ficção.

Como publicista, Bilac levanta a voz muitas vezes a favor de uma legislação para regulamentar o trabalho infantil, para apoiar a criação de creches, para exigir a ação policial na repressão da exploração de crianças e para denunciar os maus-tratos sofridos pelas crianças, sem nunca perder a capacidade de se indignar e tentar sensibilizar seus leitores para o assunto.

Por outro lado, ele próprio, registra positivamente seu testemunho sobre a profunda diferença entre a experiência da infância para os homens de sua geração e a das crianças de seu tempo. Em suas palavras, ao narrar a Exposição para a Gazeta de Notícias de 27 de setembro de 1908, dizia:

[...] Foi também nesse dia, ou no dia seguinte, que se realizou na Exposição a primeira festa dedicada às crianças dos colégios. Ora pois! Já as crianças são criaturas dignas dessa consideração! Já uma grave e circunspecta comissão (em que há um general, e vários engenheiros e bacharéis) não acha indigna da sua respeitabilidade a preocupação de organizar folgedos para a pirralhada! Como os tempos mudaram!...[...]

*Todas essas notícias e todos esses acontecimentos que falam [****] e de mocidade me vieram lembrar esta cousa triste: que nunca fui verdadeiramente menino e nunca fui verdadeiramente moço.*

A cousa não teria importância, se fosse uma desgraça acontecida a mim somente: mas foi uma desgraça que aconteceu a toda uma geração.

Toda a gente do Rio, que tem hoje a minha idade, deve estar sentindo, ao ler estas linhas, a mesma tristeza.

Fomos todos nós criados para gente macambúzia, e não para gente alegre.

Nunca os deixaram gozar essas duas quadras deliciosas da vida em que o existir é um fator divino. Os nossos avós e os nossos pais davam-nos a mesma educação que haviam recebido: cara amarrada, palmatória dura, estudo forçado, e escravização prematura à estupidez das fórmulas, das regras e das hipocrisias. [...]

Quem se lembra jamais, ó Cariocas da minha geração, de dar-nos festas infantis? As nossas festas eram torturas: vestiam-nos uma roupa nova, entalavam-nos os pés [...] e levavam-nos a passeio com esta medonha intimidação: “É preciso estar quieto! É preciso ser sério! É preciso ser homem!”

Tanto nos recomendavam isso, que ficamos homens antes do tempo. E que homens! Céuticos, tristes, de um romantismo doentio... (Dimas, 2006 vol 1: 895-896)

Apesar desta crítica da educação “passada”, contudo, é necessário aqui remeter ao paradoxal elogio da precocidade do menino em toda a obra infanto-juvenil de Bilac e em suas conferências. Para citar apenas um exemplo, uma década depois desta crônica, na vigência da Primeira Guerra Mundial, o autor discursava aos alunos do Colégio Aldridge, exortando-os com as seguintes palavras:

Falando-vos, meus amigos, não falo já a crianças, mas aos homens que já deveis ser. Nesta crise perigosa da formação do Brasil, é preciso que a vontade, a seriedade e a atenção já estejam dominando os espíritos das crianças. A tarefa é imensa e urgente, [...], e que na inocência do menino já se afirme a energia do cidadão.

[...] Guardai estas palavras, como lembrança de um homem que nunca teve descrença e nunca desesperou do futuro do Brasil. [...]

Crianças, sede homens desde já! O Brasil precisa de almas puras como as vossas. Entre os vossos estudos e os vossos brincos, pensai sempre que deveis ser fortes, corajosos, bons, alegres, confiantes na vossa terra, - e apaixonadamente brasileiros! (Bilac, 1996: 907-908)

Essa contradição, porém, não ofusca a percepção pelos contemporâneos, e nem deve ofuscar a nossa, de uma profunda mudança nas sensibilidades, no que diz respeito à hierarquia estabelecida socialmente entre as etapas da vida e que, conseqüentemente, iria modificar os valores atribuídos à ascendentes e descendentes, passado e futuro. Para citar outros autores, vejamos o que diz Alberto Torres em relação ao conceito de pátria e Gilberto Freyre sobre as transformações familiares.

Nas palavras do primeiro:

No lugar onde nos instalamos se nem sempre se contempla a árvore secular que relembra a memória paterna, olha-se, com mais carinho, para os rebentos que hão de seguir a vida dos posteros. A emoção estética da pátria representa-se numa imagem primaveril, em lugar da imagem outoniça, que atraía o olhar de nossos pais. [...]

A pátria moderna tem o ambiente físico, sua imagem viva, no quadro do lugar de trabalho, na paisagem da habitação e das horas de lazer; seu ambiente social, na família, nos círculos dos amigos, dos clientes, das extensas relações econômicas e intelectuais de nossa época. A sensação de segurança e de proteção legal tranqüiliza e conforta os espíritos; sobre o sentimento natal, que prende a maior parte às afeições do passado, o zelo, predominante, pela sorte dos filhos, lançou um estímulo mais intenso, mais lutador, mais persistente, de interesse pela conservação e pelo progresso da terra da prole.

À pátria dos pais, dos antigos, sucedeu, para o homem contemporâneo, a pátria dos filhos. A história terá de registrar, nesta inversão do sentido da palavra, um dos mais belos fenômenos de progresso, na vida dos vocábulos. (Torres, 1914: 75-76)

Freyre, por sua vez, articula a posição de maior destaque da infância às transformações políticas e sociais ao observar a predominância de fotografias de crianças nos álbuns de família daquele período:

Ao brasileiro médio do fim do império e do começo da República não faltou o gosto pelo retrato; pela fotografia de pessoa; pela fotografia de criança mais do que pela do antepassado; ou pela fotografia de criança mais do que pela reprodução de retrato do antepassado. É o que parecem indicar as coleções particulares; os álbuns de família. O que, sendo certo, valeria como sintoma de uma tendência já contrária à mística, então ainda dominante, em torno dos valores e símbolos patriarcais: a exaltação da figura da criança sobre a figura do ancião, do antepassado, do velho. A exaltação do Futuro maior que a exaltação do Passado. Mística que não poderia deixar de favorecer a novidade republicana e de desprestigiar a tradição monárquica, embora a essa valorização tenham ainda se oposto, na própria época de transição considerada [...], consideráveis pendores do brasileiro para a conservação de valores ancestrais; e até para a rotina patriarcal em torno deles. (Freyre, 2000: 142)

É interessante notar que até sua morte em 1918 Bilac foi um dos mais produtivos autores brasileiros de ficção para crianças. O lugar que atribuía a esta atividade não pode ser considerado apenas por tratar-se de uma atividade lucrativa, devido ao seu potencial para uso nas escolas. A conversa relatada por João do Rio, ocorrida durante sua visita ao poeta para recolher respostas a enquete publicada em *O Momento Literário*, em 1907, demonstra já alguma consciência que autor tinha de sua obra enquanto projeto.

- Oito horas já? Há não sei quantas escrevo eu.

- Versos?

- Oh! Não, meu amigo, nem versos, nem crônicas — livros para crianças, apenas isso que é tudo. Se fosse possível, eu me centuplicaria para difundir a instrução, para convencer os governos da necessidade de criar escolas, para demonstrar aos que sabem ler que o mal do Brasil é antes de tudo o mal de ser analfabeto. Talvez sejam idéias de quem começa a envelhecer, mas eu consagro todo o meu entusiasmo — que é a vida — a este sonho irrealizável. [...] (Bilac, 1996: 28)

Em 1907, Bilac já havia publicado muitos livros de ficção ou didáticos para crianças do ensino primário, sozinho e em colaboração. Em ordem cronológica seus livros para este público foram: *A terra fluminense* (1898) com Coelho Neto; *Livro de Composição* (1899) e *Livro de Leitura* (1901) com Manuel Bomfim; *Poesias Infantis* (1904); *Contos Pátrios* (1904) e *Teatro Infantil* (1905) com Coelho Neto. Em 1909 ainda publicaria *A Pátria Brasileira* com Coelho Neto e em 1910 *Através do Brasil* com Manuel Bomfim.

É na sua obra de ficção, contudo, que seu projeto ganha forma, complementando e sendo complementado pela atividade jornalística e pelo seu engajamento em campanhas cívicas. Apesar de escrever a maioria desses livros em co-autoria é possível perceber um padrão que reconhecemos como sendo próprio ao autor, o que é confirmado pela repetição de seus tópicos no único livro de sua autoria exclusiva, *Poesias Infantis*, e nos contos que assina individualmente em *Contos Pátrios*. Ao mesmo tempo, percebemos as diferenças entre alguns aspectos presentes nestes livros e os tópicos priorizados por seus colaboradores, Coelho Neto e Manuel Bomfim, em suas próprias obras individuais.

A principal especificidade do projeto bilaqueano é, pode-se dizer, a ênfase no modelo militar, do soldado como ideal de masculinidade, de uma ética e de uma estética marcial e espartana. Esta representação praticamente não aparece nos livros individuais de seus colaboradores. Nesse sentido, a criação do escotismo na Inglaterra em 1908 viria ao encontro da busca da representação ideal para a infância brasileira. No texto introdutório que escreve para *O livro do escoteiro* de 1916, Bilac ressalta todas as práticas históricas que teriam servido de inspiração para o ideal do escotismo e, possivelmente antes disso, para o seu projeto político e pedagógico de formação de uma infância brasileira:

[...] Há pouco tempo, em São Paulo, um educador, o Sr. João Kopke, numa conferência lembrou que os antigos gregos davam aos efebos, “sem ensino especial de civismo, meios de cultura própria, apenas por um programa limitado, entre os sete e os dezoito anos, formando uma boa e bela forma de homens, com a sua inteligência, os seus sentimentos e o seu corpo treinados”.

Não era aquele ensino da efébia o mesmo ensino que hoje damos aos escoteiros? Mais ainda: o juramento do escoteiro no primeiro grau de sua iniciação, e os doze artigos do código do escotismo são uma reprodução aproximada da afirmação, que os efebos espartanos e atenienses prestavam, quando, perante os magistrados, recebiam a lança e o escudo: [...]

Mas o juramento e o código do escoteiro têm mais larga e mais bela significação do que a fórmula dos efecos. A moral e o governo de Esparta e de Atenas tinham estreiteza e segura de egoísmo.

Se quisermos dar ascendência legítima, e foros e brasões de alta nobreza à moderna criação do escotismo, deveremos radicá-lo na tradição medieval da Cavalaria Andante. O grande ímpeto de desapego, de liberdade, de coragem e de altruísmo, que dispersou os cavaleiros andantes pelo mundo, foi o mais belo serviço da idade média. [...] Assim, o sentimento de honra, que inspirava os paladinos. Que era aquela instituição? Uma exaltação da alma, que a impelia para a glória, para a justiça, e para o desinteresse: os heróis errantes eram bravos e pródigos, destemidos e puros; [...]... Enquanto houver brio e bondade no mundo, sempre haverá cavaleiros andantes.

No escotismo – e é esta a sua maior e mais verdadeira beleza – a exaltação reveste-se de um distintivo prático, sem perder a sua poesia sublime. Na Cavalaria, às vezes, a idéia da honra era vaga; a da generosidade, indecisa; a da abnegação, indeterminada; às vezes, era o sacrifício perdido, a bravura sem proveito, a dedicação inútil. No escotismo, a idéia da honra define-se: é a honra do indivíduo, e a honra do cidadão; e o desinteresse e a magnanimidade não são apenas gestos formosos: são ações justas e úteis – justas para a perfeição humana, e úteis para a grandeza da Pátria.

Tal é, em suas linhas fundamentais, a criação do escotismo, a nova heroicultura, filha de Baden Powell. (Bilac, 1916: 7-11)

É importante sublinhar que esta valorização da estética, da disciplina, da honra, da cultura física e de outros atributos que podem ser associados à figura militar e que aparecem representados mais nos personagens de soldados do que em de oficiais, surge muito antes do comprometimento/engajamento de Olavo Bilac na campanha pelo serviço militar obrigatório ou da organização da Liga da Defesa Nacional. Está presente já nos contos de *A terra fluminense* que seriam depois republicados em *Contos Pátrios*. Ou seja, desde 1897 que esta representação encontra expressão na produção do autor, tornando-se ainda mais evidente em 1904.

Até 1908 quando cessa sua colaboração regular nos periódicos como cronista, e isso inclui todo o período de discussão entre a apresentação do projeto de lei do sorteio militar em 1906 e sua aprovação em 1908 (Castro, 2007), Bilac não demonstra adesão a esta proposta e são relativamente poucas as crônicas em que aborda o assunto, especialmente se pensarmos no envolvimento posterior com essa questão que irá lhe garantir o reconhecimento póstumo como patrono do serviço militar. Apesar de se ter manifestado sempre positivamente em relação ao serviço militar obrigatório, esta sua posição não chega a configurar um engajamento, tal como irá se verificar durante a campanha pela Defesa Nacional a partir de 1915. Em relação ao projeto de Alcindo

Guanabara suas críticas relacionam-se às várias “isenções” nela previstas e o cronista mantém-se como um observador distante durante a primeira década do século XX.

Na realidade, as críticas que Bilac dirige ao projeto de lei de 1906, são, em larga medida, as mesmas que motivam a resistência organizada à obrigatoriedade do serviço militar por parte das associações operárias. Na crônica publicada no Correio Paulistano em 27 de outubro de 1907 a respeito dessa lei, dizia:

É fato incontestável que todo o brasileiro, de certa cultura, prefere morrer a ser soldado. Todos nós gostamos muito de uma bonita farda, cheia de galões e de alamares, e de uma bonita espada, e de um bonito título de coronel, major, capitão ou tenente. Mas, quando se trata de ser, não um oficial, mas um simples soldado, sujeito ao jugo feroz da disciplina, e obrigado ao duro trabalho da faxina, do exercício, das paradas, - o caso muda de figura, e todos nós achamos que essa ocupação não é digna da nossa inteligência, da nossas letras, da nossa educação.

O atual ministro da guerra, porém, julga, e com razão, que o serviço militar obrigatório é uma necessidade. E, por isso, quer obter das câmaras uma lei que os obrigue, a todos, ao cumprimento desse dever patriótico.

Tal iniciativa só merecia os mais vivos aplausos, se realmente a lei, que se prepara, se tornasse extensiva a todos a obrigação do serviço militar. Mas, nessa lei, que já venceu na Câmara dos Deputados os trâmites da segunda discussão, há exceções e isenções odiosas, que a tornam positivamente inconstitucional, inexecutável e absurda.

Sem cuidar de outros muitos defeitos do projeto, basta, para julga-lo e condena-lo, que pensemos nisto: ele isenta do serviço obrigatório os padres e frades, os homens diplomados, e os funcionários públicos.

Postas de lado essas três classes, que classes ficam sujeitas à sujeição do ‘pau furado’? Somente duas: a dos capitalistas e a dos operários...

Mas a classe dos capitalistas, para se eximir do dever militar e de qualquer outro dever, não precisa de exceções fixadas em lei: [...]

De modo que a classe única, que vai empunhar o ‘pau furado’, e fazer faxina, e apanhar soalheiras e chuvaradas, e ‘aprender a morrer’, é a classe dos humildes, dos pobres, dos trabalhadores que penam muito e ganham pouco, - a classe das eternas bestas de carga. [...]

Mas não é verdade que isso revolta e indigna? [...]” (Bilac, 2006: 95)

Nos livros infantis de Bilac, a valorização do serviço militar ocorre pela representação positiva de personagens veteranos da Guerra do Paraguai, geralmente avôs que contam suas memórias aos netos, ou da experiência transformadora da caserna como no conto *O recruta*, em que o sertanejo Anselmo, recrutado à força, passa por uma completa metamorfose durante seu cotidiano de treinamento no Exército em preparação para a guerra do Paraguai.

Contudo, mais que a propaganda ou a tentativa de inculcação de valores, que podem ser sinais de uma visão da criança tanto como sujeito quanto objeto, a literatura infantil bilaqueana, como qualquer literatura, constrói uma representação de seu leitor. E é nesse sentido que podemos pensar a “infância brasileira” idealizada por Bilac como

um projeto. Um projeto que se põe em prática através da produção literária para um público específico e que vai explicitando seus objetivos em muitas outras intervenções públicas do autor. Pois, crônicas, discursos e conferências demonstram uma notável coerência com as idéias e estratégias presentes nos livros infantis.

Porém, por princípio, e ao contrário do que se poderia imaginar, a “infância brasileira” construída por Bilac é uma categoria excludente. Exclui de imediato os não-alfabetizados, pois são livros cujos protocolos de leitura parecem ser mais apropriados para a leitura individual e silenciosa. Em sua maioria também, excetuando talvez *Poesias Infantis* e *Teatro Infantil*, esses livros excluem as meninas que não encontram qualquer elemento de identificação nessas narrativas. Por fim, crianças não-brancas nunca são protagonistas, no máximo coadjuvantes e sempre em posição subordinada ou dependente.

Coerentemente com o público a que se dirige em suas palestras e a quem responsabiliza pela grandeza futura do país, a “infância brasileira” é uma elite formada por crianças do sexo masculino, já com bom domínio da leitura e perspectivas de chegar ao ensino superior. No entanto, era necessário marcar a diferença entre esta elite educada e preparada para conduzir o progresso do país, das elites tradicionais de proprietários de terras, principalmente acentuando os valores, sentimentos e hábitos desejáveis em contraposição aos que estavam fortemente associados a uma ordem vista como ultrapassada, retrógrada e anacrônica.

Parece tratar-se da mesma estratégia identificada por Hobsbawm no século XIX, nos processos de socialização responsáveis por inculcar tipos de tradições inventadas que reintroduziam “o *status* no mundo do contrato social, o superior e o inferior num mundo de iguais perante a lei”. Nesse caso, segundo este autor, era “mais comum que elas incentivassem o sentido coletivo de *superioridade* das elites – especialmente quando estas precisavam ser recrutadas entre aqueles que não possuíam este sentido por nascimento ou atribuição – ao invés de inculcarem um sentido de obediência nos inferiores” (Hobsbawm, 1997: 18).

A formação de um escol, cujo sentido de superioridade estivesse fundamentado sobre valores que ainda não eram hegemônicos na sociedade brasileira, mas que teria como missão garantir a integração e o progresso nacional, foi o objetivo que determinou

o protagonismo da infância e da juventude nesse projeto, associado à formação de um novo homem brasileiro.

O valor que cada etapa da vida possui na perspectiva bilaciana, pode ser inferido a partir dos três poemas: A infância, A mocidade e A velhice; incluídos em *Poesias Infantis*. Nestes encontramos uma espécie de síntese das representações etárias identificadas nos diversos personagens de suas narrativas.

<i>A infância</i>	<i>A mocidade</i>	<i>A velhice</i>
<p><i>O berço em que, adormecido, Repousa um recém-nascido, Sob o cortinado e o véu, Parece que representa, Para a mamãe que o acalenta, Um pedacinho do céu.</i></p> <p><i>Que júbilo, quando, um dia, A criança principia, Aos tombos, a engatinhar... Quando, agarrada às cadeiras, Agita-se horas inteiras Não sabendo caminhar!</i></p> <p><i>Depois, a andar já começa, E pelos móveis tropeça, Quer correr, vacila, cai... Depois, a boca entreabrindo, Vai pouco a pouco sorrindo, Dizendo: mamãe... papai...</i></p> <p><i>Vai crescendo. Forte e bela, Corre a casa, tagarela, Tudo escuta, tudo vê... Fica esperta e inteligente... E dão-lhe, então, de presente Uma carta de A.B.C...</i></p>	<p><i>A Mocidade é como a Primavera! A alma, cheia de flores, resplandece, Crê no Bem, ama a vida, sonha e espera, E a desventura facilmente esquece.</i></p> <p><i>É a idade da força e da beleza: Olha o futuro, e inda não tem passado: E, encarando de frente a Natureza, Não tem receio do trabalho ousado.</i></p> <p><i>Ama a vigília, aborrecendo o sono; Tem projetos de glória, ama a Quimera; E ainda não dá frutos como o outono, Pois só dá flores como a Primavera!</i></p>	<p><i>O neto: Vovó, por que não tem dentes? Por que anda rezando só. E treme, como os doentes Quando têm febre, vovó?</i></p> <p><i>Por que é branco o seu cabelo? Por que se apóia a um bordão? Vovó, porque, como o gelo, É tão fria a sua mão?</i></p> <p><i>Por que é tão triste o seu rosto? Tão trêmula a sua voz? Vovó, qual é seu desgosto? Por que não ri como nós?</i></p> <p><i>A Avó: Meu neto, que és meu encanto, Tu acabas de nascer... E eu, tenho vivido tanto Que estou farta de viver!</i></p> <p><i>Os anos, que vão passando, Vão nos matando sem dó: Só tu consegues, falando, Dar-me alegria, tu só!</i></p> <p><i>O teu sorriso, criança, Cai sobre os martírios meus, Como um clarão de esperança, Como uma benção de Deus!</i></p>

Trata-se de uma hierarquia estabelecida a partir do critério de utilidade para a pátria, em que a mocidade é vista como a etapa da vida mais valorizada, enquanto a velhice nada oferece como experiência e apenas onera como inutilidade. Mas para que a mocidade pudesse dar o seu melhor à pátria, era a infância, como potencial e vir-a-ser, que precisava ser modelada. E se a “infância brasileira” de Bilac contrastava fortemente

com a realidade da grande maioria da população infantil brasileira de seu tempo, isso é o que na verdade faz dessa infância um projeto. Pois, tomando emprestado a explicação de Paulo Franchetti (1996) para a atribuição de falas de expressão lingüística homogênea, na mesma norma e com “o mesmo grau de elaboração sintática” aos personagens de diferentes extrações sociais e de diversas regiões em *Através do Brasil*: “Aqui, como no resto de sua prosa e da poesia, não se mimetiza aquilo que se pretende combater”.

BIBLIOGRAFIA:

Ariès, Philippe (1981). *História Social da Criança e da Família*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan.

Bilac, Olavo (1904). *Poesias infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

Bilac, Olavo (1916). Os escoteiros. Guinle, A.; Pollo, M.. *O livro do escoteiro*. Manual do escoteiro brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1922.

Bilac, Olavo. (2006) *Bilac, jornalista* (organizado por Antonio Dimas). São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, Editora da Unicamp.

Bilac, Olavo. (1996) *Obra reunida*. (organizado por Alexei Bueno) Rio de Janeiro: Nova Aguilar.

Castro, Celso (2007). A resistência à implantação o serviço militar obrigatório no Brasil. In Gomes, A.C. (coord.) *Direitos e cidadania*. Justiça, poder e mídia. Rio de Janeiro: Editora FGV.

Franchetti, Paulo (1996). Olavo Bilac e a unidade do Brasil republicano. *Atas do V Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas*, 1998, Oxford, 1996, v.2. p. 697-706, rep. Em Sibila. <http://www.sibila.com.br/index.php/mapa-da-lingua/431-olavo-bilac>.

Freyre, Gilberto (2000). *Ordem e Progresso*. 5. ed.. Rio de Janeiro: Record.

Hansen, Patrícia (2007). *Brasil, um país novo: literatura cívico-pedagógica e a construção de um ideal de infância brasileira na Primeira República*. São Paulo: FFLCH/USP. Disponível em <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-12022008-111516/>

Hansen, Patrícia (2009) *Os primeiros livros infantis brasileiros. Análise da literatura cívico-pedagógica de ficção*. Rio de Janeiro: PNAP/BN. Disponível em

http://www.bn.br/portal/index.jsp?nu_padrao_apresentacao=25&nu_item_conteudo=1363&nu_pagina=117

Hansen, Patrícia (2009) América. Uma utopia republicana para crianças brasileiras. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol.22, n. 44, p. 504-521.

Hobsbawm, Eric; Ranger, Terence (1997). *A Invenção das Tradições*. 2. ed.. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Moncorvo Filho, Arthur (1926). *História da Proteção à Infância no Brasil (1500 – 1922)*. Rio de Janeiro: Emp. Graphica Ed..

Perrot, Michelle (org.) (1999). *História da vida privada*. vol 4: da Revolução Francesa à Primeira Guerra. São Paulo: Companhia das Letras.

Sevcenko, Nicolau (2003). *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Companhia das Letras, 2^a edição.